



Número: **0800202-03.2018.8.20.5135**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Almino Afonso**

Última distribuição : **21/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GLADSTONE PEREIRA DE SOUSA (AUTOR)		PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (RÉU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
62486208	06/11/2020 13:37	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Vara Única da Comarca de Almino Afonso

Rua Antônio Joaquim, 184, Centro, ALMINO AFONSO - RN - CEP: 59760-000

---

Processo: 0800202-03.2018.8.20.5135

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: GLADSTONE PEREIRA DE SOUSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

SENTENÇA

Trata-se de pedido de cumprimento de sentença.

No ID nº 62329826 consta a existência de depósito judicial referente ao cumprimento da obrigação judicial, efetivado pela parte executada.

A parte exequente requereu a expedição de alvarás, em nome da parte autora e de seu advogado, a teor do art. 22, § 4º, do Estatuto da OAB, conforme petição de ID nº 62384979.

**É o Relatório. Fundamento e decido.**

Compulsando-se os autos, verifico que houve o cumprimento voluntário da decisão judicial, conforme as petições e documentos constantes nos autos.

Nesses termos, o artigo 924, II, do Código de Processo Civil, estabelece que se extingue a execução quando a obrigação for satisfeita, caso dos autos, e o artigo 925 do mesmo diploma processual civil preceitua que a extinção só produz efeito quando declarada por sentença.

Destarte, considerando que a parte executada cumpriu integralmente com a obrigação de pagar, consoante se depreende dos autos, tem-se que o cumprimento em tela foi satisfeito, devendo, pois, ser extinto.

ANTE O EXPOSTO, e considerando tudo o mais que dos autos consta, **julgo extinto o cumprimento de sentença**, e assim o faço com fundamento nos arts. 924, II, c/c 523, ambos do Código de Processo Civil.

Sem custas.



**Expeçam-se** os respectivos alvarás para liberação da quantia depositada em juízo, em nome da parte autora e em nome de seu causídico, a teor do art. 22, § 4º, do Estatuto da OAB, considerando haver contrato de honorários nos autos, tal como requerido pela parte exequente.

Diante do cenário atual decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), bem como em consonância com o que foi solicitado pela autora, **oficie-se o Banco do Brasil** (Ag. 1365) para, o mais rápido possível, realizar a transferência do valor constante na conta judicial referente ao presente feito para as contas indicadas pela parte autora na petição de ID nº 62384979 - Pág. 2, observando-se a divisão dos valores.

Após o trânsito em julgado, **arquivem-se** definitivamente os autos, com baixa no sistema PJe, independentemente de nova conclusão.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Expedientes necessários.

Cumpra-se.

ALMINO AFONSO/RN, data do sistema.

PABLO DE OLIVEIRA SANTOS

Juiz de Direito Substituto

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

